

ATA NÚMERO 6/XIV/1.ª

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1. Audição da comissão representativa dos subscritores do projeto de lei n.º 1236/XIII/4.ª (Iniciativa Legislativa dos Cidadãos) — Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas.
2. Audiência à LUSA, sobre a sua situação orçamental.
3. Audiência à Plataforma Cultura em Luta, para apresentação das suas preocupações no quadro da discussão do novo Orçamento do Estado para 2020.

II PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação da ata de 3 de dezembro de 2019.
3. Discussão do [projeto de resolução n.º 5/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o financiamento de todas as candidaturas consideradas elegíveis no Programa de Apoio Sustentado às Artes bienal 2020-2021 e a revisão urgente do modelo de apoio às artes.
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente da Diretora Adjunta de Informação, Cândida Pinto, do Diretor de Programas, José Fragoso, e da Comissão de Trabalhadores da RTP sobre a decisão de adiamento do programa “Sexta às 9” por parte da RTP.

5. Outros assuntos.

Não se encontrando ainda presente a representante dos subscritores do projeto de lei n.º 1236/XIII/4.^a, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Ana Paula Vitorino, informou que a reunião iria iniciar-se com a apreciação dos pontos 1 e 2 da Parte II da Ordem do Dia.

II PARTE

1. Informações

1.1 Iniciativas legislativas

Entrando na primeira parte do ponto 1 da Ordem do Dia, a Senhora Presidente transmitiu que tinha baixado à Comissão de Cultura e Comunicação o [projeto de resolução n.º 136/XIV \(1.ª\)](#) (BE) — Alarga a oferta de serviços de programas na TDT —, tendo o Grupo Parlamentar do BE informado que a discussão desta iniciativa seria feita em Comissão.

Informou também da baixa à Comissão de Cultura e Comunicação do [projeto de resolução n.º 138/XIV \(1.ª\)](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, 22 de Fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos —, tendo o Grupo Parlamentar do PAN transmitido que a sua discussão seria feita em Comissão.

Disse também que tinha baixado à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em conexão com as Comissões de Educação, Ciência, Juventude e Desporto e de Cultura e Comunicação, o [projeto de lei n.º 129/XIV \(1.ª\)](#) (PSD) — Define um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro —, tendo questionado a Comissão sobre se pretendia elaborar parecer para juntar ao da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Tendo a Comissão deliberado emitir parecer sobre esta iniciativa, foi nomeado relatora a Senhora Deputada Lúcia Araújo Silva (PS).

Por último, informou da baixa à Comissão do [projeto de lei n.º 135/XIV \(1.ª\)](#) (PCP) — Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (3.ª alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como

os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal) —, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD).

1.2 Proposta de calendarização das audições regimentais:

Relativamente à segunda parte do ponto 1 da Ordem do Dia, a Senhora Presidente informou a Comissão acerca da proposta elaborada pelos serviços relativa a uma possível calendarização das audições regimentais — audição Orçamento do Estado, 11 de fevereiro de 2020, 14 de abril de 2020 e 16 de junho de 2020 —, que foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

1.3 RTP:

Entrando na terceira parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente disse que o Conselho de Administração da RTP tinha enviado à Comissão o plano de atividades e orçamento para 2020, que já se encontram publicados na [página da Comissão](#).

1.4 Pedidos de audiência

Foi também dado conhecimento do pedido de audiência apresentado por Carlos Matos, arquiteto, sobre direitos de autor, e pela Associação Portuguesa de Radiodifusão para apresentação de propostas em defesa do setor da comunicação social, a agendar oportunamente.

1.5 Convite

Por último, deu conhecimento que a Comissão de Trabalho e Segurança Social tinha convidado a Comissão de Cultura e Comunicação a associar-se à realização de uma audição conjunta do Senhor Presidente do Instituto e Formação Profissional no âmbito da aplicabilidade e regulamentação da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro — Reforça a proteção dos animais utilizados em circos —, o que mereceu o consenso de todos.

2. Apreciação e votação da ata de 3 de dezembro de 2019

A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**Audição da comissão representativa dos subscritores do projeto de lei n.º 1236/XIII/4.ª
(Iniciativa Legislativa dos Cidadãos) — Termina com a atribuição de apoios financeiros por
parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas**

Dando início à audição, a Senhora Presidente deu as boas-vindas à representante dos subscritores do projeto de lei n.º 1236/XIII/4.ª (Iniciativa Legislativa dos Cidadãos) — Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas —, Rita Silva, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer a sua intervenção inicial.

Rita Silva, da Associação Animal, iniciou a sua intervenção reportando-se à petição que foi apresentada na XII Legislatura exatamente sobre a mesma temática – a petição n.º 510/XII/4.ª, solicitando à Assembleia da República que legisle no sentido de não serem dados subsídios e apoios públicos a toda e qualquer atividade tauromáquica. Sendo uma atividade que reúne em torno de si alguma polémica nos únicos nove países do mundo onde ainda existe, a Associação Animal tem tentado acabar com os subsídios públicos a este tipo de espetáculos.

Nas legislaturas passadas esta proposta não mereceu acolhimento e daí se ter conseguido reunir um conjunto de assinaturas para apresentar uma iniciativa legislativa de cidadãos, tendo por objetivo pôr fim a este tipo de subvenções, diretas ou indiretas, quer por parte da Administração Central quer por parte da administração local, a estas atividades. Para os subscritores da iniciativa não é justo investir dinheiro público nesta atividade.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Mara Coelho (PS), Fernanda Velez (PSD), Maria Manuel Rola (BE), Ana Mesquita (PCP) e Cristina Rodrigues (PAN) que colocaram algumas questões, sobre, designadamente, o enquadramento da iniciativa apresentada com a legislação em vigor; a existência ou não de pareceres e de estudos que sustentem a posição dos subscritores da iniciativa; e a estimativa dos fundos gastos com a tauromaquia nos últimos anos; a auscultação das autarquias locais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a matéria em apreço; a inclusão das garraizadas neste tipo de atividade; as contradições

existentes entre o bem-estar animal e a discriminação ou hierarquização de determinadas expressões culturais patentes no nosso enquadramento cultural; e os tipos de apoios e valores que podem estar em causa e os lucros desta atividade.

No fim, Rita Silva respondeu às questões colocadas, após o que a Senhora Presidente deu por encerrada a audição.

O registo vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Audiência à Lusa, sobre a sua situação orçamental

Dando início à audiência, a Senhora Presidente deu as boas-vindas ao Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Nicolau Santos, e ao Diretor das Áreas de Suporte, Joaquim Carreira, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra a Nicolau Santos para fazer a sua intervenção inicial.

Nicolau Santos iniciou a sua intervenção afirmando ser a Lusa um suporte indispensável para os órgãos de comunicação social em Portugal e os países de língua oficial portuguesa, mas que a sua atual situação financeira poderá levar a uma redução da cobertura noticiosa, sendo imperioso cortar custos, diminuir os encargos, tarefa impossível de levar a cabo apenas fazendo um corte nos investimentos, pelo que terá de haver um corte na operação jornalística, o que é bastante grave para todos os clientes da Lusa.

Recordou também que a Lusa procedeu à integração de 23 precários, bem como resolveu a questão das não avaliações na agência entre 2011 e 2019, sem que tenha recebido mais dinheiro por isso, pelo que, neste momento, a empresa encontra-se numa situação dramática devido aos encargos que lhe foram impostos, não tendo tido a agência qualquer tipo de apoio para resolver estas questões nem qualquer capacidade para as conseguir inverter.

Reportou-se também à necessidade de modernizar a empresa em termos tecnológicos e à possibilidade de a Lusa poder fornecer, gratuitamente, um pacote informativo alargado a todos os órgãos de comunicação social em Portugal e aos Países Africanos de Língua Oficial

Portuguesa, pacote esse, composto por textos e áudios, que pode ser fundamental para os órgãos de comunicação social, para além de representar uma aproximação fortíssima a esses países.

Lembrou que a comunicação social está a atravessar enormes dificuldades, o que tem levado a Lusa a ter um papel crescente de apoio aos órgãos de comunicação social em Portugal. A este propósito, recordou que todos os dias são pedidas mais coisas à Lusa por menos dinheiro e que há clientes que protelam os seus pagamentos, apesar das avenças da agência serem bastante baixas, o que deixa a Lusa numa situação muito frágil e se houver aumentos salariais na função pública em 2020 a agência vai ter de acompanhar esse movimento, o que agravará a sua situação financeira.

Disse defender um contrato com a Lusa a 10 anos, o que daria alguma estabilidade financeira à agência de notícias, tendo em conta o seu papel na coesão social e no suporte e apoio aos órgãos de comunicação social em Portugal.

Concluiu a sua intervenção afirmando que neste momento a Lusa admite reduzir a sua cobertura noticiosa, nacional e internacional, solicitando, para esse efeito, um reforço orçamental para 20 milhões de euros.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Rosário Gambôa (PS), Cláudia Bento (PSD), Jorge Costa (BE) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram questões sobre a importância estratégica da Lusa e o seu financiamento, a possível redução de trabalhadores, o reforço do quadro de jornalistas, o agravamento da situação económica da empresa, a falta de capacidade de resposta devido à escassez de recursos financeiros; o subfinanciamento crónico da empresa; o incumprimento, por parte da Lusa e do Governo, do contrato de serviços noticiosos e informativo celebrado entre o Estado português e a Lusa para o triénio 2017-2019; a existência ou não de cativações financeiras por parte do Ministério das Finanças; a assinatura de um novo contrato de serviços noticiosos e informativo com o Governo; o financiamento dos *media*; a razão de ser do atraso na aprovação dos orçamentos da Lusa; a diminuição ou não da rede de correspondentes; a salvaguarda da saúde financeira da agência e a criação de um pacote gratuito de 20 milhões de euros; a valorização dos trabalhadores da empresa e a regularização

de vínculos; a necessidade de reforço do orçamento da empresa, até para se poder fazer face aos necessários investimentos tecnológicos; e o valor que vai ser necessário para que a Agência possa cumprir devidamente as suas funções.

O Presidente do Conselho de Administração da Lusa respondeu no fim a todas as questões, tendo de seguida a Senhora Presidente dado por encerrada a audiência.

O registo vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Neste momento assumiu a presidência Senhora Vice-Presidente Filipa Roseta.

Audiência à Plataforma Cultura em Luta, para apresentação das suas preocupações no quadro da discussão do novo Orçamento do Estado para 2020

Dando início à audiência, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Filipa Roseta, deu as boas-vindas aos representantes da Plataforma Cultura em Luta, Hugo Barros, do CENA-STE - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual, e Alexandra Lourenço, da BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para intervir.

A Plataforma Cultura em Luta, criada em 2015 já com o propósito de representar todos os setores da cultura e não exclusivamente o setor das artes, que habitualmente recebe mais atenção mediática, congrega entidades como a Associação Portuguesa de Realizadores, os Produtores de Cinema Independente Associados, os sindicatos do setor e organizações de alguns de festivais, defendendo um verdadeiro serviço público de cultura, o que de facto não existe em Portugal.

Consideram ser necessário investir na preservação e na gestão do património, arquivos, bibliotecas, museus, cinema, e até no financiamento das entidades dependentes do Ministério

da Cultura, que estão também suborçamentadas, na medida em que a situação atual não cumpre as necessidades básicas das áreas da Cultura.

As associações que fazem parte da Plataforma reúnem-se todos os anos por ocasião da apresentação do Orçamento do Estado e a verdade é que a cultura tem ficado aquém daquilo que são as suas necessidades. Não existe um serviço público de cultura e não está definido o que deveria constar desse orçamento. A Plataforma defende que deve ser afeto à cultura 1% do Orçamento do Estado. O Senhor Primeiro-Ministro e a Senhora Ministra da Cultura já afirmaram que este ano vai ser afeto 2% do OE à Cultura, sendo que a forma como esse valor poderá ser obtido não esteja ainda muito bem definida.

Afirmaram que os artistas estão cada vez mais unidos no objetivo de reforçar o investimento no setor e de aumentar a consciência dos cidadãos para a importância das artes e da cultura, exigindo que sejam encontrados os instrumentos para garantir uma política de cultura democrática, humanista e progressista.

A suborçamentação existente gera uma má prestação de serviços e cria precaridade, levando à criação de trabalho sem direitos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Rosário Gamboa (PS), Carla Borges (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram questões sobre o necessário apoio à cultura e o necessário reforço do Orçamento do Estado e os investimentos que terão de ser feitos, a diversidade e a complexidade das diversas estruturas artísticas, a necessidade de melhoramento do processo relativo às candidaturas de acesso aos concursos de apoio às artes; o financiamento de projetos artísticos e o seu modelo concursal; a existência ou não de diálogo com a Senhora Ministra da Cultura e os pontos que foram abordados, a revisão do modelo de apoio às artes e o escalonamento definido; a necessidade urgente de um plano nacional de desenvolvimento para as artes e a cultura; o combate à precaridade existente; e a necessidade de alterar radicalmente o modelo de apoio às artes.

Os representantes da Plataforma Cultura em Luta responderam no fim às questões colocadas, tendo a Senhora Presidente em exercício dado por terminada a audiência.

O registo vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

3. Discussão do [projeto de resolução n.º 5/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o financiamento de todas as candidaturas consideradas elegíveis no Programa de Apoio Sustentado às Artes bienal 2020-2021 e a revisão urgente do modelo de apoio às artes

A **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** referiu que os resultados referentes ao concurso de apoio bienal às Artes evidenciam o que o PCP há muito vem denunciando: o orçamento para a Cultura é manifestamente insuficiente e põe em causa o cumprimento do direito à criação constitucionalmente consagrado.

Disse também que há dezenas de candidaturas consideradas como elegíveis que ficarão, a manterem-se os atuais resultados, de fora dos apoios públicos e outras avaliadas como não elegíveis, que veem igualmente o seu futuro comprometido, o que é uma situação inaceitável.

Daí ser forçoso lembrar que as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP nos últimos Orçamentos do Estado, designadamente no último, constituíam um passo mais significativo no sentido da criação de condições para a recomposição das estruturas de criação artística e teriam evitado o atual cenário.

Como tem vindo há muito a lutar, o Grupo Parlamentar do PCP defende que a calendarização e operacionalização atempada dos procedimentos concursais de apoio às artes, designadamente a garantia de aprovação de resultados com uma antecedência mínima de 6 meses em relação à data de início dos projetos a apoiar e de 2 meses de antecedência para a disponibilização da primeira tranche de apoio, é uma questão fundamental. Só com o reforço das verbas destinadas ao apoio às artes tendo por referência a atualização de cada quadro concursal em função do apoio que corresponde ao total de candidaturas do ano anterior (apoiadas e não apoiadas) é possível responder às necessidades da criação artística ao nível da DGARTES.

Assim, o PCP exige a tomada de medidas imediatas para que todas as candidaturas consideradas elegíveis obtenham o apoio a que têm direito e para que as candidaturas consideradas não elegíveis não fiquem sem qualquer apoio, arriscando a sua continuidade. É preciso evitar que os prejuízos resultantes do concurso sejam consumados, assegurando condições para o desenvolvimento do trabalho artístico e cultural.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP recomenda ao Governo a tomada das medidas orçamentais necessárias ao cumprimento das responsabilidades plurianuais que decorram do financiamento de todas as candidaturas elegíveis ao Programa de Apoio Sustentado às Artes, na modalidade Bienal (2020-2021); a adoção imediata de medidas de correção dos resultados do concurso de apoio às artes, nas diversas áreas submetidas a concursos, nomeadamente através da assunção da concessão de apoio a todas as candidaturas consideradas elegíveis, da criação de um mecanismo que assegure apoio financeiro às candidaturas consideradas não elegíveis e da reversão do corte financeiro de 8% na região Alentejo; a revisão urgente do modelo de apoio às artes, garantindo a introdução de uma vertente não concursal para o desenvolvimento de um programa de atividades, valorizando o princípio de apoio às estruturas, com as necessárias equipas e despesas fixas, o reforço do financiamento disponível, com a atualização de cada quadro concursal tendo como ponto de partida o apoio que corresponderia ao total de candidaturas do ano anterior, a calendarização e operacionalização atempada dos procedimentos de obtenção de apoio às artes, com a garantia de aprovação de resultados com uma antecedência mínima de 6 meses em relação à data de início dos projetos a apoiar e de 2 meses de antecedência para a disponibilização da primeira tranche de apoio; a avaliação das candidaturas em função do discurso e do fazer artístico e não com base em critérios financeiros; a desburocratização de processos e simplificação de procedimentos; e o reforço do acompanhamento de proximidade dos projetos apoiados, numa ótica construtiva.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** mencionou ser necessário fazer uma diferença entre as estruturas permanentes e os projetos, que há uma necessidade objetiva e mais do que reconhecida da necessidade de reforçar a cultura, que terá necessariamente de ser alvo de alguma ponderação e análise no sentido de se avaliarem e reconhecerem quais as estruturas que estão no terreno e que necessitam de um apoio continuado, sustentado e permanente. Considera também que a rede de suporte é uma rede que tem de ser articulada no sentido de

se perceber quais as especificidades de cada uma das companhias de modo a que seja possível haver uma certa coordenação em termos de financiamento.

A **Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE)** afirmou que a principal questão a apurar é a de saber porque é que 60% das estruturas que foram consideradas elegíveis pelos critérios definidos pelos júris dos concursos não foram financiadas, embora o Parlamento não tenha competência para se pronunciar acerca da hierarquia de importância entre as diversas estruturas.

O **Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)** sublinhou que não deixava de ser curioso ver que as intervenções registadas até esse momento foram feitas por quem conduziu os destinos e as políticas culturais do País nos últimos tempos e que hoje parecem muito admirados por aquilo que está a acontecer. Reiterou também que o Grupo Parlamentar do PSD não consegue compreender os critérios da solução encontrada pelo Grupo Parlamentar do PCP, mas que considera ser necessário rever o modelo de concurso existente.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente da Diretora Adjunta de Informação da RTP, Cândida Pinto, do Diretor de Programas da RTP, José Fragoso, e da Comissão de Trabalhadores da RTP sobre a decisão de adiamento do programa “Sexta às 9” por parte da RTP

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) disse que das audições efetuadas na semana passada em Comissão resultaram respostas completamente díspares, a que se junta o facto de a própria Direção de Informação ter respondido de três ou quatro formas completamente diferentes à questão relativa à suspensão do programa *Sexta às 9*. Nessas audições, que tinham por objetivo contribuir para um esclarecimento cabal da situação e o afastamento absoluto de quaisquer suspeitas de algum tipo de favorecimento por ação ou omissão, as dúvidas ficaram mais acentuadas do que esclarecidas. Como o Grupo Parlamentar do PSD não se demite da sua obrigação de esclarecer toda esta situação, que, a concretizar-se, seria extremamente grave e teria de ter as devidas consequências, apresenta o requerimento em apreciação para que possam ser ouvidos a Diretora Adjunta de Informação, Cândida Pinto, o Diretor de Programas, José Fragoso, e a Comissão de Trabalhadores.

Não havendo inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

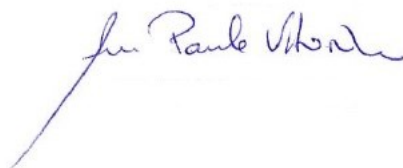
1. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(ANA PAULA VITORINO)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PAN, na reunião de 17 de dezembro de 2019.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Paula Vitorino
Beatriz Gomes Dias
Cláudia Bento
Cristina Rodrigues
Fernanda Velez
Filipa Roseta
Helga Correia
Isabel Lopes
Jorge Costa
José Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Capoulas Santos
Mara Coelho
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa
Sara Velez
Sofia Araújo
Alexandra Vieira
António Ventura
Bruno Aragão
Carla Borges
Carla Sousa
Cláudia André
Cristina Sousa

Diana Ferreira

Firmino Marques

Maria da Graça Reis

Maria da Luz Rosinha

Olga Silvestre

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Rita Bessa

Diogo Leão